



O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA PARA OS ALUNOS SURDOS POR MEIO DA LIBRAS

Mislene Silva Borges Calixto¹
Maria Fatima Menegazzo Nicodem²

RESUMO

Este artigo se constitui em trabalho de conclusão de curso e enfoca as necessidades do aluno não ouvinte e os desafios que ele percorre para aprender a língua portuguesa, como L2 (segunda língua). Leva em consideração a língua de sinais como uma língua, mesmo não sendo falada, porque ela cumpre o seu real papel que é o de comunicar. Por ser distinta da língua portuguesa, mais investimentos devem ser determinados, sejam eles, recursos humanos e/ou materiais. O respeito às diferenças e à valorização do indivíduo deve ser entendido e praticado por todos em defesa da identidade, uma vez que esta é acompanhada da história de cada um, seja individual ou coletivamente. Neste processo educacional que visa à inclusão do surdo, é necessária uma ação conjunta. Isto significa que todos devem se unir em prol desta causa, tanto se forem da família do surdo, como também os professores, o próprio surdo, os alunos ouvintes e o estado com políticas públicas que propiciem ações no sentido de auxiliar os processo de inclusão do surdo como um todo. É importante, contudo, não considerar este percurso como algo apenas de responsabilidade de uma minoria; é preciso demonstrar a importância de um olhar cidadão, com igualdades sociais e direitos que devem ser assegurados. Este é um procedimento que contraria o pensamento “coitadinho do surdo”.

Palavras chave: aluno surdo; aprendizagem; língua portuguesa; identidade.

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa compreender as dificuldades que os alunos os surdos enfrentam para aprender a língua portuguesa. Sendo assim, algumas indagações se fazem necessárias, exemplo, quais métodos podem ser utilizados para auxiliar os alunos surdos no processo de ensino aprendizagem da língua portuguesa? Por que é tão complexo para esses alunos aprenderem a língua portuguesa?

¹ Aluna do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: miss_calilborges@yahoo.com.br.

² Doutora em Educação (UEM) e Professora do Curso de Especialização em Educação: Métodos e Técnicas de Ensino, da UTFPR, Campus Medianeira, e-mail: fatima@utfpr.edu.br.

É importante ressaltar que o governo tem oferecido recursos para suprir as necessidades dos alunos tidos como especiais, mas ainda não tem sido suficiente. É preciso muito mais investimento, tanto financeiro, quanto humano. De fato, o primeiro passo já foi dado, mas mediante a realidade que observamos, é preciso mais projetos e capacitação de profissionais.

É sabido que o aperfeiçoamento de profissionais para trabalhar com este público é necessário, pois não basta falar apenas de inclusão como estratégia para mostrar um discurso político eloquente. A necessidade de oferecer vagas existe, e é importante, mas a escola precisa se preparar. Para tanto, há um grupo de pessoas que devem estar envolvidas neste processo, são elas: os funcionários da escola, os alunos que não possuem nenhum tipo de necessidade especial, a família e o professor, que será o mediador neste processo de inclusão. O respeito às diferenças é algo que precisa ser pensado e repensado. Não basta apenas criar um projeto de inclusão para mostrar que existe uma preocupação com o aluno surdo. Muito mais do que projetos, é preciso vê-lo como um cidadão e oferecer meios sólidos para que este possa ser inserido na sociedade.

O surdo não deseja olhares de piedade, mas sim, oportunidades para que possa mostrar o seu empenho e o quanto é capaz. Para isto, é necessário que todos compreendam que ele é um ser social como qualquer outro. Sendo assim, também possui uma história, é dotado de sentimentos e emoções.

É de muita seriedade pensar neste assunto, e perceber que muitos não têm considerado o surdo como um ser social. Muitos educadores não têm se dedicado como deveriam, pois o fato de lecionarem para este grupo e não se aprofundarem no conhecimento da Libras parece descaso. Talvez, por esta ser considerada uma língua da minoria. O fato é que os surdos precisam aprender a língua portuguesa para que haja a inserção deles na sociedade, porém para que este processo de ensino-aprendizagem torne-se menos complexo é necessário que exista mais preparo.

Este trabalho trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo exploratório, com o uso de questionário semiaberto como instrumento de pesquisa. Os resultados apresentam dados que discutem e encetam para metodologias e estratégias de inclusão.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A LUTA DO SURDO

Por mais que os surdos tenham conseguido algum lugar na sociedade na presente década (trabalhos, escolas, universidades), é imprescindível destacar que a trajetória destes é marcada por muito sofrimento e por uma luta que ainda persiste, pois o processo de inclusão ainda não se dá como os mesmos desejam e ainda são considerados como “coitadinhos” por muitos.

Durante muito tempo os surdos não foram compreendidos pelas pessoas tidas como “normais” (os ouvintes), pois eles eram postos à margem da sociedade, ou seja, eram privados do convívio social. Por certo ainda não havia uma compreensão cognitiva que pudesse oferecer amparo a estes, para que pudessem exercer suas funções como qualquer pessoa.

Ao buscar um pouco sobre a história do surdo na educação, fica claro que, quem era surdo era diagnosticado com retardo mental, isto é, louco.

Os indivíduos com deficiências, vistos como “doentes” e incapazes sempre estiveram em situação de maior desvantagem, ocupando, no imaginário coletivo, a posição de alvos da caridade popular e da essência social, e não de sujeitos de direitos sociais, entre os quais se inclui o direito à educação. Ainda hoje, constata-se a dificuldade do diferente no seio familiar e social, principalmente do portador de deficiências múltiplas e graves, que na escolarização apresenta dificuldades acentuadas de aprendizagem. (BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.)

Muitas formas de aprendizagem foram impostas aos surdos, mas nenhuma delas atendia as necessidades que os mesmos tinham, pois todos os métodos de ensino aplicados a eles também eram desenvolvidos com alunos ouvintes, por esta razão, não deu certo.

Nas últimas três décadas produziu-se uma significativa mudança na educação dos surdos, tanto no que se refere às concepções ideológicas quanto à organização educacional e escolar...uma maior tendência a considerar a língua de sinais como primeira língua, discussão sobre as didáticas em relação a segunda língua, mudança no currículo escolar, presença de instrutores surdos nas escolas etc. (SKLIAR, 2001, p.85)

Com o Decreto 5 626/05 que regulamentou a Lei de Libras (Língua Brasileira de Sinais), começou-se uma nova proposta de educação para os alunos surdos. E com esta nova sugestão, o olhar modificou-se e ficou entendido que o surdo teria duas línguas para a sua comunicação, desta forma, ele teria que aprender duas línguas como é dito por Quadros (2000,54 apud KUBASKI, 2009, 3414): “Quando me refiro ao bilinguismo, não estou estabelecendo uma dicotomia, mas sim reconhecendo as línguas envolvidas no cotidiano dos surdos, ou seja, a Língua Brasileira de Sinais e o Português no contexto mais comum do Brasil.”

Entendendo que o surdo precisa aprender a Língua Portuguesa em razão de morar no Brasil, existe um desafio muito grande para ensiná-lo esta língua, isto, porque cada língua tem a sua estrutura, o que as distingue, mas ambas estão repletas de ideologias. Para Orlandi (2001) “O discurso é o lugar em que se pode observar essa relação entre língua e ideologia, compreendendo-se como a língua produz sentidos por/ para os sujeitos.”

2.2 O SUJEITO E O DISCURSO

Segundo Orlandi (2001), o discurso trata o sujeito, sua história, e não a língua e a gramática em si, pois este é algo mais abrangente, tem haver com a intencionalidade e as ideologias que o discurso apresenta. Isto porque o sujeito é carregado de subjetividades.

Partindo do pressuposto que a Língua Brasileira de Sinais (Libras) é a língua do surdo, pode-se dizer que ela também alcança o seu objetivo, pois a mesma também tem a função de proporcionar comunicação e não comunicação entre os sujeitos. Para Orlandi (2001) “A linguagem serve para comunicar e para não comunicar. As relações de linguagem são relações de sujeitos e de sentidos e seus efeitos são múltiplos e variados. Daí a definição de discurso: o discurso é efeito de sentidos entre locutores.”

Para tanto, se por meio da língua se comunica, isto é, a língua não é um meio apenas de transmitir informações, logo, pode-se afirmar que a comunicação pode ser expressada de várias maneiras. Isto implica dizer que a linguagem é multiforme.

Diz Van Dijk (1996) “Não temos somente uma semântica das elocuições ou atos da linguagem natural, mas também do comportamento não-verbal ou paraverbal, como gestos, pinturas e filmes, sistemas lógicos ou linguagens de computador, linguagens de sinais do surdo, e talvez, a interação social em geral.”

O espaço de leitura escolar exclui da sua consideração o fato de que o aluno convive em seu cotidiano com diferentes formas de linguagem. A relação do aluno com o universo simbólico não se dá apenas por uma via – a verbal-, ele opera com todas as formas de linguagem na sua relação com o mundo. Se considerarmos a linguagem não apenas como transmissão de informação, mas como mediadora (transformadora) entre homem e sua realidade natural e social, a leitura deve ser considerada no seu aspecto mais consequente, que não é o de mera decodificação, mas o da compreensão. (ORLANDI, 2008, p.38)

Desta maneira, não se pode excluir o surdo e sua forma de comunicação, pelo fato de não se entender a linguagem dele, ou pelo fato de ser surdo. Da mesma forma que muitos não entendem as línguas de outros povos e não os consideram doentes por terem uma língua diferente, assim também precisam compreender que a Libras é uma língua utilizada com o intuito de comunicar. O fato de morarmos em uma tríplice fronteira traz uma diversidade cultural, social, política e linguística muito grande, e mesmo assim a convivência é possível com indivíduos tão diferentes uns dos outros.

Para Silva (2014), “A identidade está vinculada também a condições sociais e materiais. Se um grupo é simbolicamente marcado como o inimigo ou como tabu, isso terá efeitos reais porque o grupo será socialmente excluído e terá e desvantagens materiais.” Segundo esse autor “A conceitualização da identidade envolve o exame dos sistemas classificatórios que mostram como as relações sociais são organizadas e divididas; por exemplo, ela é dividida em ao menos dois grupos em oposição – “nós e eles”, “sérvios e croatas”.”

É de suma importância observar que existe uma resistência muito forte para aceitar “o diferente”. É muito mais fácil excluir do que aceitar aquele que não é parecido conosco, que não gosta das mesmas coisas das quais gostamos, que frequenta lugares diferentes do nosso convívio, que seja de -camada social diferente e assim por diante. Não cabe enumerar tantas diferenças, pois são inúmeras. Há um tempo, foi lançada na televisão uma propaganda que

mostrava crianças com necessidades especiais, Síndrome de Down, brincando, com a bateria e realizando algumas atividades que para muitos seria uma atividade somente para quem não tivesse nenhuma similaridade com estes. E o que mais chama a atenção é a música cantada no final da propaganda “Ser diferente é normal”.

Respeitar a diferença não pode significar “deixar que o outro seja como eu sou” ou deixar que o outro seja diferente de mim tal como eu sou diferente (do outro)”, mas deixar que o outro seja como eu não sou, deixar que ele seja esse outro que não pode ser eu, que eu não posso ser, que não pode ser um (outro) eu; significa deixar que o outro seja diferente, deixar ser uma diferença que não seja, em absoluto, diferença entre duas identidades, mas diferença da identidade, deixar ser uma outriedade que não é outra “relativamente a mim” ou relativamente ao mesmo”, mas que é absolutamente diferente, sem relação alguma com a identidade ou com a mesmidade. (SILVA, 2014, p. 101 apud PARDO, 1996, p.154)

Conforme este autor, espera-se que as diferenças sejam respeitadas. Ter esta consciência é imprescindível, para que todos consigam viver melhor, pois o outro não é igual a mim. Por mais que exista semelhança entre muitas pessoas, isto não significa que elas sejam totalmente parecidas.

Uma das tarefas mais importantes da prática educativo-crítica é propiciar as condições em que os educandos em suas relações uns com os outros e todos com o professor ou a professora ensaiem a experiência profunda de assumir-se. Assumir-se como ser social e histórico, como ser pensante, comunicante, transformador, criador, realizador de sonhos, capaz de ter raiva porque capaz de amar. (FREIRE, 1996, p.18 e 19)

Validar o que foi afirmado por Freire (1996) é vital, pois o educador deve olhar para o educando como um todo, ou seja, como um sujeito que possui uma história, é um ser social e também é dotado de sentimentos e emoções.

2.3 A SURDEZ

A fim de se entender um pouco sobre a surdez, algumas definições se fazem necessárias. Para o MEC “A surdez consiste na perda maior ou menor da percepção normal dos sons. Verifica-se a existência de vários tipos de pessoas com surdez, de acordo com os diferentes graus de perda da audição”.

Segundo o MEC (Conhecendo a surdez e suas implicações, parte II, 2006, tanto para a área da saúde quanto para a área educacional, o indivíduo com surdez pode ser classificado como “parcialmente surdo” ou “surdo”, este órgão afirma que “pessoa com surdez leve” e “pessoa com surdez moderada”, se encaixam na opção “parcialmente surdo”. E continua enfatizando que a “Pessoa com surdez leve – indivíduo que apresenta perda auditiva de até quarenta decibéis. Essa perda impede que o indivíduo perceba igualmente todos os fonemas das palavras. Além disso, a voz fraca ou distante não é ouvida” e “Pessoa com surdez moderada – indivíduo que apresenta perda auditiva entre quarenta e sessenta decibéis. Esses limites se encontram no nível da percepção da palavra, sendo necessária uma voz de certa intensidade para que seja convenientemente percebida.” (MEC, 2006, p 19)

O indivíduo considerado surdo, também pode ser visto de duas maneiras. “Pessoa com surdez severa” e “Pessoa com surdez profunda”. Logo o MEC afirma que pessoa com surdez severa é o “indivíduo que apresenta perda auditiva entre setenta e nove decibéis. Este tipo de perda vai permitir que ele identifique alguns ruídos familiares e poderá perceber apenas a voz forte, podendo chegar até aos quatro ou cinco anos sem aprender a falar” já o indivíduo com surdez profunda é aquele “que apresenta perda auditiva superior a noventa decibéis. A gravidade dessa perda é tal que priva das informações auditivas necessárias para perceber e identificar a voz humana, impedindo-o de adquirir a língua oral.” (MEC, 2006, p 19)

2.4 O PAPEL DA ESCOLA E O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA

Afirmar que o ensino da Língua Portuguesa é complexo para o surdo, não significa menosprezá-lo e/ou rotulá-lo como “incapaz”. Haja vista que muitos alunos ouvintes, brasileiros, elucidam muitas dificuldades para aprender a sua língua materna (Língua Portuguesa). Partindo do pressuposto que os alunos não ouvintes, tem como primeira língua, a Libras, é considerável ratificar as múltiplas dificuldades que estes enfrentam para compreenderem a Língua Portuguesa (a segunda língua).

Segundo Freire (1996), não se deve ignorar o conhecimento que os alunos levam para o ambiente escolar, pois para ele “A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente.” Freire (1989). A partir desta suposição, deve-se considerar que “todos” os alunos possuem um conhecimento, e este, mesmo sendo assistemático, vai ajudar ao aluno não ouvinte, como também ao ouvinte, a assimilar melhor a segunda língua e/ ou a primeira língua. Isto acontecerá, caso o professor, ao acrescentar o novo conhecimento, tenha como ponto de partida o conhecimento existente do discente. Ainda Orlandi (2008) diz que: “Na realidade, em linguagem (e, logo, em leitura) não há grau zero assim como não há grau dez. Na dicotomia entre método de ensino e processo de aprendizagem, a escola se coloca como se o aluno não tivesse já instalado um processo de aprendizagem e ao propor, dentro de suas perspectivas e funções, um método de ensino, coloca o aluno no grau zero e o professor no grau dez.”

O grande desafio de ensinar a Língua Portuguesa para as pessoas com surdez é integrá-las, ou seja, socializá-las para que alcancem autonomia, e para que adquiram confiança, pois dependem de condições melhores para estudarem e se prepararem.

A capacidade de comunicação linguística apresenta-se como um dos principais responsáveis pelo processo de desenvolvimento da criança surda em toda a sua potencialidade, para que possa desempenhar seu papel social e integrar-se verdadeiramente na sociedade. (MEC, 2006, p.16)

A pessoa com surdez precisa se sentir parte integrante da sociedade, de tal forma a cumprir com seus deveres e entender os seus direitos como qualquer cidadão, seja em universidades, na hora de fazer uma entrevista de emprego, ou seja, nada deve ser negado a estas. No entanto, a escola precisa desempenhar sua função com eficácia.

Além da questão da linguagem, é importante proporcionar à pessoa com surdez condições que lhe permitam se estruturar emocionalmente. “Não é a fala ou a língua de sinais; a pessoa surda que se deu bem” é aquela que pôde preservar a sua autenticidade, aceitou a surdez como parte diferente e não doente de si; que pôde fazer uma escolha que lhe permita ser natural em sua comunicação, independentemente de ser oralizada ou sinalizada. (MEC, Saberes e práticas da inclusão, 2006, p.18)

A questão de melhores condições para o aprendizado do surdo já foi mencionado, no entanto, é preciso enfatizar, pois se houver ambientes com equipamentos adequados, e professores que sejam preparados para trabalhar com esses alunos, existirá um avanço neste quadro.

Tanto a criança ouvinte como a criança surda passa por estágios de desenvolvimento da linguagem, mas, caso não recebam dados linguísticos satisfatórios, ambas apresentarão defasagem nesses estágios. Para evitar defasagem, a criança ouvinte brasileira deverá estar imersa em meio onde se fale a língua portuguesa oral, e a criança surda brasileira precisará estar em meio rico em estímulos visuais, com pessoas que utilizam a LIBRAS e com pessoas que utilizam a língua portuguesa, para que desenvolvam satisfatoriamente sua linguagem. (MEC, Saberes e práticas da inclusão, 2006, 18)

Não seria novidade dizer que é preciso investimento na área educacional brasileira. Ainda há muito para ser feito em nosso país, principalmente no que se refere à “necessidades especiais”. Estas precisam de um olhar crítico e militante para proporcionar aos alunos uma educação de qualidade.

Existem algumas dificuldades encontradas pelos alunos não ouvintes ao aprenderem a língua portuguesa, visto que a estrutura linguística e semântica da língua portuguesa e da Libras são muito diferentes. Para Quadros “Na perspectiva do desenvolvimento cognitivo, a aquisição de uma segunda língua é similar ao processo de aquisição da primeira língua. No entanto, deve ser considerada a inexistência de letramento na primeira língua.” Por esta razão, o preparo de professores para trabalhar com este público se faz necessário. Precisa haver investimento na estrutura física, mas também em recursos humanos.

Há, ainda, estados em que professores desconhecem Libras e a escola não tem estrutura ou recursos humanos para garantir aos alunos surdos o direito à educação, à comunicação e à informação. Independente do contexto de cada estado, a educação bilíngue depende da presença de professores bilíngues. Assim, pensar em ensinar uma segunda língua, pressupõe a existência de uma primeira língua. O professor que assumir esta tarefa estará imbuído da necessidade de aprender a língua brasileira de sinais. (Quadros, 2006,19)

Ao afirmar que é preciso professores bilíngues em sala de aula, supõe-se que o fato de haver intérpretes de libras na classe, não é o bastante. Isto se

dá, porque muitas vezes o intérprete acaba assumindo o papel do professor regente, ou seja, o aluno surdo, por não conseguir se comunicar diretamente com o professor ouvinte, fica dependente do tradutor para sanar suas dúvidas. E, para o docente é cômodo, pois ele pode dar sequência às aulas sem se preocupar se o aluno surdo está entendendo ou não, afinal, existe um “professor” em sala só para os alunos não ouvintes. Sendo assim, fica claro que, não só os alunos vêem o intérprete como professor, mas também o próprio educador acaba transferindo esta função para o tradutor.

Para Skliar (2013 p.20) “...Os professores nunca aprendem a língua de sinais num nível alto o bastante para processos educacionais (ensino) têm que vencer atitudes que sugerem ser a língua da minoria menos importante e não possuem conhecimento gramatical suficiente da língua de sinais para apoiar seu aprendizado.”

O professor só poderá interagir com o seu aluno, se ele conhecer a realidade dele. Não basta saber que ele é surdo, é preciso muito mais, ou seja, tem que entrar no universo do discente para sair da superficialidade.

O MEC enumera alguns aspectos que são considerados fundamentais para a aquisição da segunda língua, são eles:

(a) O processamento cognitivo espacial especializado dos surdos; (b) o potencial das relações visuais estabelecidas pelos surdos; (c) a possibilidade de transferência da língua de sinais para o português; (d) as diferenças nas modalidades das línguas no processo educacional; (e) as diferenças dos papéis sociais e acadêmicos cumpridos por cada língua; (f) as diferenças entre relações que a comunidade surda estabelece com a escrita tendo em vista sua cultura; (g) um sistema de escrita alfabética diferente do sistema de escrita das línguas de sinais; (h) a existência do alfabeto manual que representa uma relação visual com as letras usadas na escrita do português. (MEC, 2006, p.32-33)

Inúmeras são as situações colocadas pelo MEC, e algo que deve ser pontuado é a questão visual, pois é sabido que o surdo tem uma perspicácia aplicada no uso da visão. Partindo deste pressuposto, podemos usar o exemplo da própria língua de sinais, que, para ser entendida, é preciso expressões faciais, gestos, mímicas.

Segundo Skliar (2013, p.28) “Não é possível aceitar, de forma alguma, o visual da língua de sinais e disciplinar a mente e o corpo das crianças surdas como sujeitos que vivem uma experiência auditiva.”

Da mesma maneira que é preciso dinamizar a aula, e torná-la atraente para o aluno ouvinte, o ensino para o aluno não ouvinte, também deve ser interessante. Vergamini (2011, p.19), diz que: “Quando trabalhamos, usamos muito o quadro, e a sala de aula parece uma reunião em busca do tesouro, o de aprender a ler e escrever com o Sign Writing.”

A atual forma de inclusão não está satisfazendo aos alunos surdos, aos seus professores nem aos pais. Existe uma resistência a formar classes especiais pela história de fracasso que elas representam. Não podemos generalizar. A educação é um trabalho que, para ser eficiente, não pode deixar de atender, para o específico, para o individual. (Vergamini, 2011, p.16)

Atentando para esta necessidade, é primordial que se olhe para o surdo enquanto pessoa e ser social, a fim de buscar meios que atenda as suas necessidades educacionais.

Diante da deficiência no ensino, Quadros (1997, p. 94) destaca que “Nos últimos anos, a leitura está sendo considerada como um instrumento importante no ensino da L2. A compreensão da leitura pode favorecer o aprendizado de uma língua de forma rápida e eficiente.” No caso da criança surda, ela deverá ter contato com a língua escrita através de histórias, de textos, de registros das suas atividades em sala de aula.

Quanto ao processo de ensino da escrita, Quadros menciona que Nunam faz referência ao estudo de Zamel (1987), quando diz que os professores dão muita importância aos resultados finais de um texto do aluno, isto mostra o quanto o processo da escrita é ignorado. Zamel afirma que “A produção criativa é possível somente quando envolve situações comunicativas verdadeiras e quando o aluno identifica as possibilidades da nova língua – L2 – enquanto objeto social/interacional.

No relato de atividades vivenciadas pelo grupo na escola ou fora dela (como, por exemplo, a festa de aniversário de um colega, um passeio ao zoológico) – cada criança conta os fatos relativos ao acontecimento. O professor escreve o que os alunos falam e escreve o que a criança surda conta, utilizando a língua de sinais ou a dramatização. (Mec, 2006, p. 28)

Percebe-se aqui o ensino da L2 (segunda Língua) por meio do conhecimento que o aluno vivencia no dia-a-dia. Para que este método seja eficaz, é

preciso valorizar as experiências do aluno a fim de promover a interação entre as duas Línguas (Libras e Língua Portuguesa). Através desta ponte ficará muito mais fácil para o aluno fazer a transferência do conhecimento. Entendendo que a mímica e as expressões faciais já fazem parte do mundo do aluno surdo, envolvê-lo na esfera dramatúrgica possibilitará um ensino mais prazeroso para ele.

Diante dos aspectos mencionados, pode-se dizer que o desafio de ensinar língua portuguesa para os alunos surdos é muito grande. Por certo, muitos fatores precisam ser levados em conta. Neste trabalho foram mencionados apenas alguns aspectos, mas o que tem para ser feito, e até mesmo modificado, precisa de muito empenho, dedicação e de um olhar crítico que contemple esta realidade educacional. É necessário ensinar aos surdos algo que tenha real significado, pois só assim o ensino fará diferença na vida deles.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Foi aplicado um questionário a oito educadores da educação especial, mais especificamente, docentes que trabalham com alunos surdos. A intenção desta pesquisa é mostrar dados estatísticos que apresentem a realidade educacional a fim de promover reflexões.

TABELA 1: Tempo de Profissão

Respostas	Professores	
	Nº	%
16 a 20 anos	3	37,5
Mais de 20 anos	5	62,5
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

A Tabela 1 constata que os professores que responderam o questionário são profissionais experientes, ou seja, o tempo mínimo de trabalho com os alunos surdos é de dezesseis anos.

TABELA 2: Professores com curso para trabalhar com alunos surdos.

Respostas	Professores	
	Nº	%
1 a 2 professores	-	-
6 a 4 professores	-	-
5 a 6 professores	6	75
7 a 8 professores	-	-
Nenhum curso	2	25
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

Destaca-se que, os professores que declararam ter algum curso, possuem especialização em Educação Especial. Entre este grupo, existe um que é intérprete da SEED, e os dois que não têm curso, são professores surdos. Entretanto, os professores não possuem curso específico de Libras.

Como afirma Skliar (2013 p.20) “Um dos principais pontos chaves de mudança num sistema bilíngue proposto é o aprendizado de língua de sinais.” O referido autor também fora citado neste trabalho para comprovar que os professores ouvintes quando aprendem Libras, não aprofundam o conhecimento, isto é, ficam na superficialidade. É de suma importância o professor conhecer o universo do seu aluno; portanto, começar pela língua natural dele, é de grande valia.

TABELA 3: A língua de sinais como primeira língua

Respostas	Professores	
	Nº	%
Concorda inteiramente	8	100
Concorda parcialmente	-	-
Discorda	-	-
Discorda parcialmente	-	-
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

Desta forma, pode-se atestar que os professores estão de pleno acordo.

As questões debatidas pelas escolas têm a ver com procedimentos e práticas e não dizem realmente respeito à *adoção* da língua. Assim, quando a escola muda sua política para uma abordagem bilíngue, isso não significa necessariamente que há uma

aceitação real do uso da língua e do contexto no qual esta ocorre. (Skliar, 2013, p.18)

Não se pode menosprezar os procedimentos e os recursos necessários para trabalhar com alunos surdos, entretanto, a preocupação com o envolvimento pleno da linguagem de sinais é indispensável. Esta não deve cercar apenas os professores, mas também os funcionários e os demais alunos que estudam na escola.

Não basta colocar o aluno surdo para estudar junto com os alunos ouvintes, a fim de promover a inclusão. Se a escola não se envolver nesta tarefa, veremos a exclusão destes educandos.

TABELA 4: O surdo e a linguagem escrita

Respostas	Professores	
	Nº	%
Concorda inteiramente	1	12,5
Concorda parcialmente	5	62,5
Discorda	1	12,5
Discorda parcialmente	1	12,5
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

Ao contemplar a tabela acima, observam-se divergências de pensamento, por conseguinte, há justificativas que serão expostas com o intuito de promover esclarecimentos. Sendo assim, pode-se dizer que: “Na leitura muitas vezes se faz necessário à utilização de recursos visuais e/ou dramatização.”, “O surdo precisa de técnicas visuais para entender melhor.” e “Surdo precisa de apoio visual.”

Quadros (1997, p. 98) apud Anderson (1994) “Os surdos não podem ouvir e não adquirem a língua falada ouvindo e falando de forma automática, os surdos a adquirem de forma silenciosa, graficamente, através de instruções sistemáticas. Quadros também menciona Ahlgren (1992) e diz que a linguagem dos surdos é uma linguagem silenciosa. Isto acontece, porque os mesmos não podem ouvir os sons. Desta maneira, ficam impossibilitados de associá-los a escrita e a leitura como os ouvintes.

Segundo o MEC (2006, p. 42) “Compreensão precede produção! Leitura precede a escrita!” O texto precisa fazer sentido para o discente surdo. Não

basta ter palavras e frases escritas, sem que haja uma ilustração e a representação destes por sinais para a efetivação do concreto. O processo de aquisição e aprendizagem da L2 (Segunda Língua) deve ser dinâmico e gradativo. Trabalhar com textos em quadrinhos, trechos de livros didáticos, dentre outros, será de grande valia.

TABELA 5: A leitura e a aquisição da modalidade escrita da língua oral pelo surdo.

Respostas	Professores	
	Nº	%
Concorda inteiramente	1	12,5
Concordo parcialmente	5	62,5
Discorda	2	25
Discorda parcialmente	-	-
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

A seguir a justificativa de um docente que discordou desta afirmativa. “Essa leitura vai depender do grau de conhecimento do aluno surdo.”

Para as pessoas que ouvem, “falar e ouvir” são variantes de uma mesma estrutura linguística. A leitura apresenta, em pelo menos algum nível, uma relação com os sons das palavras. Entretanto, para pessoas surdas não existe a associação entre sons e sinais gráficos. A língua escrita é percebida visualmente. (Quadros, 1997, p.98)

O método aplicado ao ensino da língua portuguesa para alunos surdos é diferente do método utilizado para ensinar aos alunos ouvintes, porque não existe associação de sons para a leitura nem para a escrita para os alunos surdos.

Dinamizar e adequar à aula as necessidades do aluno não ouvinte é tarefa essencial do professor. O educador que conhece o universo do seu aluno sabe do que ele precisa e, como trabalhar o conteúdo com o mesmo, ou vai à busca para melhor desempenho do discente. Ressalta-se que, maior deve ser a atenção para os surdos, por ser um grupo restrito, pois a tendência é colocar de lado as necessidades da minoria.

TABELA 6: A formação do professor é decisiva para o desempenho do ensino de Língua Portuguesa para Surdos?

Respostas	Professores	
	Nº	%
Sim	8	100
Parcialmente	-	-
Não	-	-
TOTAL	8	100

Fonte: Dados colhidos pela autora, 2015

Justificativas apresentadas pelos docentes: “Para entender as diferenças linguísticas”, “O professor precisa buscar meios diferentes diariamente para trabalhar, mesmo assim é difícil”, “O professor deve sempre buscar novas metodologias para melhorar a aprendizagem dos alunos” e “O professor deve estar buscando sempre novas alternativas/pesquisas para aprimorar o ensino da língua portuguesa para surdos”.

A segurança com que a autoridade docente se move implica uma outra, a que se funda na sua competência profissional. Nenhuma autoridade docente se exerce ausente desta competência. O professor que não leve a sério sua formação, que não estude, que não se esforce para estudar à altura de sua tarefa não tem força moral para coordenar as atividades de sua classe. (FREIRE, 1996, p. 102 e 103)

A formação contínua do professor é necessária para a sua atuação. Isto se dá em qualquer área do conhecimento. Quanto mais o docente estuda, mais apto fica para exercer sua profissão, conseqüentemente, melhor desempenhará o papel de educador. No mais, um professor preparado consegue passar credibilidade para os educandos, detectar com perspicácia as dificuldades de seus alunos, pois as mesmas devem ser interpretadas de maneira particular. Com base em seus estudos, o professor, com eficiência, aplicará métodos de ensino satisfatórios e adequados ao contexto de cada discente.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A questão da surdez não deve ser vista como uma doença ou incapacidade. O desafio, para que a inclusão aconteça, é muito grande, pois se esta

ocorrer de maneira equivocada promoverá a exclusão do surdo. Isto porque a falta de estrutura física e preparo de profissionais da área educacional é uma realidade em nosso país. O investimento na educação, de forma generalizada, é escasso. Referindo-se a um grupo seletivo, é mais restrito ainda.

Culpar alguém pela falta de recursos materiais, estrutura e recursos humanos é ineficiente, pois este tipo de atitude não trará a solução e erradicação do problema. O importante é que cada um assuma a sua responsabilidade e procure desenvolver o seu papel com presteza.

As dificuldades existem em todas as áreas. Os desafios são inevitáveis, mas o aprimoramento e a busca por soluções são viáveis e favorecem a melhoria do percurso. Projetos com objetivos claros, voltados para o surdo, que visem à inserção do aluno não ouvinte no mercado de trabalho, nas universidades e escolas, com certeza será eficiente, pois a partir deste ter-se-á um norte.

Faz parte do processo educacional, entender que o aluno surdo possui a sua língua (Libras) que é considerada a L1(primeira língua), para tanto, se ele aprenderá outra língua, ocorrerá neste decurso à apreensão da L2 (segunda língua), logo, haverá uma educação bilíngue, por esta razão, o enfrentamento de obstáculos será inevitável, pois é um grupo restrito, sendo assim, precisa de um olhar particular.

Por certo, o papel do professor é muito importante, pois ele é o mediador no processo ensino-aprendizagem. O aluno precisa ter confiança no educador e sentir que ele está interessado em suas necessidades e, entende as suas limitações. É primordial que o docente estabeleça uma relação de confiança com o seu aluno, só assim o aluno sentir-se-á seguro. O surdo já enfrenta muitas dificuldades e tem muitas barreiras para combater, para tanto, o professor deve mostrar que entende a sua história, e que o vê como um ser social. Lançar-se no universo do aluno ajudará muito o docente a ganhá-lo, e assim, o discente aprenderá melhor. Por mais que seja necessária a presença do intérprete, o professor precisa se esforçar para não se acomodar, nem fazer transferência de papeis. O papel do intérprete é traduzir e auxiliar o processo de ensino- aprendizagem.

Com o intuito de facilitar a aprendizagem do aluno surdo, é necessário trabalhar leitura de textos, a fim de que o aluno a partir do conhecimento que

tem da sua língua (Libras) transfira-o à L2 (segunda língua) para que ocorra o aprimoramento e assimilação da língua portuguesa. Os textos dependem da interação do sujeito. Através do texto, o leitor coloca suas experiências e dialoga com o mesmo. O que pode ser feito em voz alta ou de forma silenciosa, para o aluno ouvinte, não acontecerá com o aluno surdo, pois para ele, este processo só ocorrerá de maneira silenciosa. Desta forma, fica claro que o processo de aprendizagem da L2 (língua portuguesa) é um tanto complexa, pois o aluno fica impossibilitado de ouvir os sons para associá-los à leitura e a escrita. As aulas devem ser dinamizadas para atrair a atenção do aluno e aguçar o interesse pela disciplina. Trabalhar bastante o visual, pois é o sentido que o surdo mais explora (expressões faciais, gestos, mímicas). Isto, porque a sua comunicação exige bastante o uso da visão.

Algo imprescindível é pensar na responsabilidade de cada um, isto é, entender que todos devem estar envolvidos neste processo, ou seja, o surdo, o professor, a família, o governo, a escola. A responsabilidade é de todos.

Enfim, olhar para o surdo sem menosprezá-lo ou rotulá-lo de incapaz é uma maneira de respeitá-lo. Oferecer uma educação de qualidade para este por entender que ele é um ser social, é oportunizar a inclusão como forma de direito que um cidadão pode e deve requerer. Decifrar esta realidade é estar consciente da deficiência do ensino e melhorias que são carecidas. Mudanças devem ser promovidas em respeito a este público, com o objetivo de estabelecer a inclusão, para que haja uma sociedade mais justa e comprometida para as diferentes realidades que existem em nosso país.

REFERÊNCIAS

Araujo, Danielle Mirelle da/ SILVA, Marcelle de Castro e / SOUZA, Wilma Pastor de Andrade. **A Influência da libras no processo educacional de estudantes surdos em escola regular.** Disponível em https://www.ufpe.br/ce/images/Graduacao_pedagogia/pdf/2006.2/a%20influncia%20da%20libras%20no%20processo%20educacional%20de%20estudantes%20surdos%20em%20escola%20regular.pdf > acesso em 21 de setembro de 2015, 10h38m.

BRASIL. Senado Federal. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional:** nº 9394/96. Brasília : 1996.

FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler.** 23.ed., São Paulo: Cortez, 1989.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

KUBASKI, Cristiane / MORAES, Violeta Porto / **O Bilinguismo como proposta educacional para crianças surdas**. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3115_1541.pdf > acesso em 28 de junho de 2015, 22h23m.

LIMA, Daisy Maria Collet de Araujo / CRISCIOTTI, Gabriele/ LIMA, Vanda Rossi Chedid de Oliveira/ VASCONCELOS, Silvana Patrícia de/ FARIA, Sandra Patrícia de / VASCONCELOS, Rogéria Gomes de A. **Conhecendo a surdez e suas implicações**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/surdez.pdf> > acesso em 10 de julho de 2015, 22h40m.

MOURA, Maria Cecília de/ CAMPOS, Sandra Regina Leite de/ VERGAMINI, Sabine Antonialli Arena (orgs.). **Educação para surdos: práticas e perspectivas II**. São Paulo: Santos, 2011.

ORLANDI, E. R. **Análise de discurso**. Campinas: Pontes. 3 ed., 2001.

ORLANDI, E. R. **Discurso e leitura**. 8. Ed., São Paulo: Cortez, 2008.

QUADROS, R. M. de. **Educação de surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.

QUADROS, R. M. de.; SCHMIDT, Magali L. P. **Ideias para ensinar português para alunos surdos** – Brasília : MEC, SEESP, 2006.

SALLES, Heloisa Maria Moreira Lima/ FAULSTICH, Enilde/ CARVALHO, Orleine Lúcia / RAMOS, Ana Adelina Lopo. **Ensino de língua portuguesa para surdos**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/lpvol1.pdf> > acesso em 13 de agosto de 2015, 22h 15m.

SILVA, T. (org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. 15. Ed., Petrópolis, Vozes. 2014.

SKLIAR, Carlos. **A surdez: um olhar sobre as diferenças**. 6.ed., Porto Alegre: Mediação, 2013.

SKLIAR, Carlos. **Atualidade da educação bilíngue para surdos: processos e projetos pedagógicos**. 4.ed., Porto Alegre: Mediação, 2013.

SKLIAR, C. Perspectivas políticas e pedagógicas da educação bilíngue para surdos. In. SILVA, S. E VIZIM, M (org). **Educação especial: múltiplas leituras e diferentes significados**. Campinas, São Paulo: Mercado de Letras: Associação de leitura do Brasil – ALB, 2001. p. 85.

VAN DIJK, T. A. **Cognição, discurso e interação**. 2. Ed., São Paulo: Contexto. 1996.